

“VIVEMOS SENDO NEGOCIADOS”:

território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão (MA)¹

"We are being traded": territory and resistance in Santa Rosa dos Pretos and traditional community of Cajueiro in the middle of the installation of development projects in Maranhão (MA)

“Vivimos siendo negociados”: Territorio y resistencia en Santa Rosa dos Pretos y la comunidad tradicional de Cajueiro en medio de la instalación de proyectos desarrollistas en Maranhão (MA)

Dayanne da Silva Santos

Mestranda de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)

lavignedayanne@gmail.com

Resumo

“Indenização nenhuma paga o valor de uma árvore”. “Indo para a roça as pessoas chegaram a se perder, porque a área dele foi toda cortada, muitos babaçuais foram jogados a baixo, a natureza destruída...quando se mexe na nossa terra se muda o nosso modo de produção, já que o território é a nossa identidade”. Este artigo trata dos casos de conflitos ambientais em territórios etnicamente ocupados no Maranhão. A partir de pesquisas de campo, observação participante e de estudos sobre a problemática do desenvolvimento econômico problematizamos dois casos exemplares em curso no Maranhão no qual diferentes interesses e significados da terra se cruzam com o do Estado e de empresas privadas. Refletimos criticamente sobre a luta do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, localizado em Itapecuru-Mirim, em meio a duplicação da BR135 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), e sobre os conflitos ambientais da comunidade tradicional Cajueiro com a construção de um novo Terminal Portuário privado (porto multimodal), pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA.

Palavras-Chaves: Santa Rosa dos Pretos. Cajueiro. Projetos de desenvolvimento. Conflitos ambientais.

¹ Artigo entregue para conclusão da disciplina de Estado Multicultural e Políticas Públicas do mestrado em Ciências Sociais da UFMA em 05 de março de 2018.

Abstract

"No indemnity pays the value of a tree". "Going to the countryside, people came to get lost because their area was cut down, many coconut trees babassu were thrown down, nature destroyed ... when we move our land, our way of production changes, since the territory is our identity. " This article deals with the cases of environmental conflicts in ethnically occupied territories in Maranhão. From field research, participant observation, and studies on the problem of economic development, we have discussed two exemplary cases in progress in Maranhão in which different interests and meanings of the land intersect with that of the State and private companies. We reflect critically on the struggle of the quilombola territory of Santa Rosa dos Pretos, located in Itapecuru-Mirim, amid the doubling of BR135 by the National Department of Transport Infrastructure (DNIT), and on the environmental conflicts of the traditional Cajueiro community with the construction of a new private port terminal (multimodal port), by the company WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA.

Key Words: Santa Rosa dos Pretos. Cajueiro. Development projects. Environmental conflicts.

Resumen

"Ninguna indemnización paga el valor de un árbol". Yendo para la roza las personas se llegaron a perder porque su área fue cortada totalmente, muchas palmeras de coco babasú fueron tiradas, la naturaleza destruida... Cuando se interviene en nuestra tierra se cambia nuestro modo de producción, ya que el territorio es nuestra identidad". Este artículo trata de dos casos de conflictos ambientales en territorios habitados por comunidades tradicionales en Maranhão. A partir de investigaciones de campo, observación participante y de estudios sobre la problemática del desarrollo económico, se problematizan dos casos actuales representativos en Maranhão, en el que diferentes intereses y significados de la tierra se confrontan con los del Estado y las empresas privadas. En el primer caso, reflexionamos críticamente sobre la lucha del territorio quilombola (comunidad de raíz afrodescendiente) de Santa Rosa dos Pretos (localizado en Itapecurú-Mirim), amenazada por la duplicación de la autopista BR135 por parte del Departamento Nacional de Infraestructura de Transporte (DNIT). El segundo es sobre los conflictos ambientales de la comunidad tradicional de Cajueiro derivados de la construcción de un nuevo puerto privado (puerto multimodal) por la empresa WPR- São Luís Gestión de Puertos y Terminales LTDA.

Palabras Clave: Santa Rosa dos Pretos. Cajueiro. Proyectos de desarrollo. Conflictos ambientales.

Introdução

A escolha do Objeto de análise

O processo que antecede minha participação no mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) ocorreu concomitantemente a defesa do meu trabalho de conclusão de curso Bacharel em Ciências Sociais em 2017, que teve que ser apresentado sob o caráter especial devido minha aprovação na seleção de mestrado.

A escolha do objeto da monografia foi feita a partir do que eu já tinha enquanto experiência como bolsista de Iniciação Científica e como membro do Grupo de Estudos:

Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA²) da UFMA. Todo o processo de ingresso na pós-graduação foi dificultoso. Contudo, pude contar com a competência e parceria da Professora Doutora Cíndia Brustolin, que foi indispensável no processo de amadurecimento do meu *Eu Universitário*.

O GEDMMA conta com uma equipe interdisciplinar de professores e alunos de áreas afins as ciências sociais e como resultado de nossas pesquisas temos uma série de teses, dissertações, livros, monografias e artigos que giram em torno do debate que envolve,

Modernidade e desenvolvimento, com enfoque principal nos seus impactos sociais, culturais e ambientais, principalmente, na Amazônia brasileira e no Estado do Maranhão. Os interesses de investigação estão voltados para temas como: modernidade e modernização; políticas governamentais de desenvolvimento na Amazônia Brasileira e no Maranhão; grandes projetos de desenvolvimento; impactos socioambientais, conflitos socioambientais e socioambientalismo; disputas territoriais e unidades de conservação³.

Tendo em vista que trabalhamos com a temática do desenvolvimento econômico e dos conflitos ambientais envolvendo povos e comunidades tradicionais do Maranhão a problematização dos caminhos que antecedem o processo de reconhecimento de terras etnicamente e historicamente ocupadas são essenciais para a maturação do nosso olhar crítico no que tange o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Durante as aulas de *Estado Multicultural e Políticas Públicas* no ano de 2017 do mestrado em Ciências Sociais da UFMA fomos orientados em leituras que possibilitaram o amadurecimento de um olhar questionador que se interessa pela diversidade cultural na era da globalização e pelos conflitos e negociações de terras etnicamente ocupadas e reconhecidas, mas em sua grande maioria não tituladas no Brasil.

A saber, que o indivíduo do qual falamos vive em contexto de modernidade e em sociedade. Não falamos somente das instituições, tão pouco do indivíduo isolado concordamos com Norbert Elias (1994) quando ele pontua que o indivíduo está inserido e sendo moldado e moldando a sociedade em que vive, apesar da modernidade querer negar que o sujeito é um sujeito de desejo (TOURAINÉ, 1994).

² Um grupo de pesquisa que vem a mais de 12 anos desenvolvendo pesquisas, ensino e extensão em áreas de povos e comunidades tradicionais que são atingidas por projetos desenvolvimentistas no Estado do Maranhão. Mais informações e trabalhos disponíveis do grupo ver: <http://www.gedmma.ufma.br/>

³ Dados disponíveis em: < http://www.gedmma.ufma.br/?page_id=125 > acesso em: 17/07/2017

Buscamos entender como sob a lógica de desenvolvimento/globalização do sistema mundo ocidental pressupõe segundo Boaventura de Souza Santos (2003) uma localização com uma globalização de cima para baixo com localismos globalizados e globalismos localizados sob uma forma de globalização hegemônica no qual o Brasil continua sendo não só um escoadouro de recursos naturais como de vidas para a manutenção do sistema-mundo. Com ajuda dos estudos sociológicos sobre a problemática do desenvolvimento o nosso objeto é entendido enquanto relações sociais, que são mantidas e recriadas pelos indivíduos em diferentes contextos sociais como bem pontuou Gaston Bachelard (1996).

Nessa perspectiva, nos dedicaremos nesse artigo a analisar dois casos exemplares: o primeiro envolve a comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos com a duplicação da BR 135 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), e o segundo o caso da comunidade tradicional do Cajueiro com a construção de um novo porto, agora privado, pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA⁴.

A luta pela terra e projetos desenvolvimentistas

No Brasil ainda são muitos os casos de violência e assassinatos no que tange a negociação e reconhecimento jurídico de terras étnicas segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) as pessoas que são assassinadas⁵ são em sua grande maioria lideranças de povos e comunidades tradicionais como podemos ver na citação abaixo.

Em 35 dias, foram três massacres concretizados e uma tentativa, quase um por semana, com 22 trabalhadores em luta pela terra mortos. O primeiro foi em Colniza – MT, em 20 de abril, com 09 torturados e mortos por jagunços encapuzados, sendo o líder dos posseiros degolado. **Em Vilhena – RO, no dia 29 de abril, foram encontrados 03 corpos carbonizados dentro de um carro,** na mesma fazenda em que **05 trabalhadores foram mortos e três dos quais queimados ainda vivos em 2015,** um crime impune. O ataque aos índios Gamela

⁴ A área tem 2 milhões de metros quadrados e terá capacidade para movimentar ao ano 24,8 milhões de toneladas quando o terminal estiver pronto. O projeto está estimado em R\$ 1,5 bilhão e deve levar três anos para estar em operação. Entre as cargas que serão movimentadas estão a produção agrícola do Meio-Oeste, fertilizantes, grãos líquidos, carga geral (sobretudo celulose) e, futuramente, contêineres. O complexo contará com uma área reservada pronta para a movimentação de contêineres. "Em infraestrutura se pensa sempre com 50% a mais [de capacidade]", disse Gillet Neto. A profundidade do porto privado será de 18 metros em condições normais, podendo chegar a 25 metros com a variação da maré. Informações disponíveis em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/36361-wtorre-define-inicio-das-obras-de-porto-no-maranhao>> Acesso em: 03/03/2018.

⁵ *Quem Matou Elias Zi?* É um documentário que retrata muito bem esse cenário de violência por terra.

aconteceu no dia 30 de abril, em Viana – MA, com 22 feridos, 02 com mãos decepadas, por populares insuflados por ruralistas e políticos, com envolvimento da Polícia Militar, conforme registro de uma viatura na ação (PORANTIM, maio de 2017 - grifos nossos).

Quando destacamos na citação acima que “em 35 dias, foram três massacres concretizados e uma tentativa, quase um por semana, com 22 trabalhadores em luta pela terra mortos”, queremos chamar atenção para o fato de que segundo Butler (2015, p. 94) “*mesmo quando o corpo não sobrevive as palavras sobrevivem para dizê-lo*”, no sentido de que por exemplo durante as pesquisas de campo costumamos ouvir que *da “morte de Margarida, nascem várias Margaridas”*, ou seja, mesmo que os assassinatos no campo persistam em meio as formas de regulação da sociedade e do corpo, existe o sujeito de direito ou em vias de reconhecimento, pois o lugar do sujeito que reivindica uma identidade étnica é um lugar de fronteiras e de constante disputa.

Os assassinatos no campo ainda são silenciados pela grande mídia no MA e envolvem a morte de lideranças que muitas das vezes acabam sendo criminalizadas por manifestar, por lutar pelo direito de existir enquanto grupo étnico. A luta pela terra é também uma forma de ter condição de viver na e da terra como costumamos ouvir quando estamos em campo.

Assim, mesmo que se consiga a titulação definitiva do território como foi o caso histórico do quilombo de Frechal⁶, a luta ainda persisti, pois a possibilidade de viver na terra está associada ao direito a saúde, educação, infraestrutura, a saber, as terras em vias de reintegração foram em muitos casos seriamente impactadas, as árvores derrubadas para o plantio de eucalipto, pastagem de gado, plantio de soja, os rios e igarapés secaram por conta da passagem de rodovias (BR), ferrovias ou construção de hidrelétrica, e na era da exportação multinacional o clima muda, os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, a terra se torna infértil e a chuva ácida contaminando assim nossos alimentos e diminuindo nossos dias de vida, pois novas doenças aparecem e a precarização do Sistema Básico de Saúde (SUS) se torna cada vez mais problemático. Nesse sentido, os assassinatos no campo ganham novas configurações e se intensificam.

⁶ Comunidade reconhecida como Reserva Extrativista Quilombo Frechal, localizada no Maranhão na baixada ocidental no município de Mirinzal. Mais informações < <http://pororoca.red/pt/2016/03/25/historia-frechal/> > Acesso em: 03/03/2018.

Uma fala que ratifica isso que acabamos de dizer foi de dona Neta do quilombo de Canelatiua⁷ localizado no município de Alcântara no qual ela disse⁸ que: *“o povo que mais morre em São Luís, no presídio de pedrinhas é o nosso povo”*. Entendemos que ela chama nossa atenção para o extermínio do povo negro que vem sendo mascarado em um ideal de Estado Nação que desterritorializa e assassina as lideranças locais em nome da manutenção de países hegemônicos e de relações racializadas. A exemplo temos a ampliação da base de lançamento de foguetes em Alcântara que vem sendo ampliada em parceria com os Estados Unidos e no qual está previsto um número grande de desapropriação de deslocamento compulsório mais uma vez. A saber,

Este projeto de desenvolvimento, pensado verticalmente para o Maranhão, ameaça por meio da construção de um retroporto privado objetivando desterritorializar famílias camponesas, anteriormente já deslocadas compulsoriamente de Alcântara. Lutar contra a construção desse empreendimento significa resistir contra uma nova expropriação que no passado não gerou “desenvolvimento” para o Maranhão. (Recorte tirado do Relatório 2013-2016. **Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**)

Durante o evento de geografia no qual Neta participou o professor Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior destacou que: *“a relação das comunidades com o lugar segue outra lógica que não é a capitalista”*. Um exemplo foi a construção aqui em São Luís da Termelétrica que deslocou 85 famílias da antiga comunidade de Vila Madureira para uma área que fica em Paço do Lumiar. As famílias que não foram deslocadas e que continuam morando entorno da termelétrica sofrem cotidianamente com os impactos gerados pela mesma.

Tivemos a oportunidade de em 25 e 26 de novembro de 2017, por conta de um documentário sobre deslocamento compulsório que estamos produzindo para o Seminário

⁷ Há mais de 30 anos as comunidades quilombolas estão envolvidas na luta por 62 mil dos 85 mil hectares identificados como pertencentes ao território tradicional. Essas terras foram desapropriadas pelo Governo do Estado do Maranhão para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) da Força Aérea Brasileira (FAB), onde o governo federal desenvolve o programa aeroespacial com foguetes. Para implantar o CLA em 1983, o governo deslocou 312 famílias quilombolas de suas terras sem consultá-las, sem pagar indenizações ou reparar os danos sociais, culturais, políticos e econômicos a elas. Mais informações em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/05/a-luta-dos-remanescentes-de-quilombos-em-alcantara/> > Acesso em: 03/03/2018.

⁸ Recorte tirado do Meu caderno de campo, no qual participei no dia 14/12/2017 no auditório setorial do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFMA às 14h30 de uma roda de debate que foi mediada pelo Pro.Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e foi composta pelas falas de lideranças de comunidades que estão com seus territórios sob ameaça como: Dorinete Serejo do quilombo Canelatiua de Alcântara; Clovis da Comunidade do Cajueiro e Benedito da comunidade do Engenho de São José de Ribamar. Na XII Semana de Geografia que ocorreu na UFMA de 11 a 16 de dezembro de 2017.

Internacional do GEDMMA que irá acontecer em março de 2018, ir a campo e conversar com moradores de Camboa Velha que hoje morram na parte de cima da comunidade que é chamada de Camboa Nova, porque segundo uma moradora antiga do lugar eles tiveram que subir se afastar um pouco da área de mangue porque, tinha uma empresa nova querendo se instalar na área da passagem da comunidade ela diz: “eles queriam ferir o nosso direito de ir e de vim, aí tivemos que reagir, porque já sofremos com essa poluição do nosso ar e da nossa água todo dia...ou a gente fazia alguma coisa ou íamos ficar isolados, esquecidos pelo Estado”.

Quando a moradora de Camboa Nova destaca que “ou a gente fazia alguma coisa ou íamos ficar isolados, esquecidos pelo Estado” chama nossa atenção para os casos em que mesmo quando o deslocamento compulsório ocorre a área que será impactada pela chegada de alguma empresa em muitos casos privadas é muito maior do que a área que costuma aparecer nos cálculos oficiais dos estudos dos EIA/RIMA.

Com o aumento dos conflitos ambientais se tem concomitante o aumento da violência que fica evidente quando o Estado, empresas privadas ou fazendeiros se dizem donos de determinada porção de terra, como é o caso das duas situações que evidenciaremos aqui envolvendo essa problemática.

Como mesmo depois de tantos anos o Brasil continua sendo um país que pratica sérios atos de racismos contra as minorias marginalizadas (índio, quilombola, camponês, negro, mulher, homossexual, etc.), continua segregando, normatizando, enquadrando e até exterminando sua nação miscigenada? Segundo Sales JR (2006, p. 230) “a associação entre cordialidade, clientelismo e patrimonialismo parece ser parte da explicação da manutenção de um racismo institucional não-oficial relações sociais difusas e informais e “aparelham” as instituições oficiais”.

Nas pesquisas de campo ouvimos e apreendemos que o território reivindicado pelos povos e comunidades tradicionais é entendido como lugar de subjetividades e de cosmologias não ocidentais que extrapolam os limites do capital. E como bem pontuou Horácio Antunes no seminário de Geografia: “os conflitos ambientais envolvem disputa entre duas concepções de natureza, no qual a primeira envolve um espaço a ser dominado e a segunda a natureza é lugar de construção de identidades singulares e de solidariedade”.

Nesse sentido, temos um lado que agride e um lado que resiste a essa guerra ideológica e modernizadora do Brasil, por isso o debate crítico sobre o que vem acontecendo com os povos e comunidades tradicionais no Maranhão se faz importante na conjuntura atual do país.

Existimos porque resistimos: Santa Rosa dos Pretos é comunidade tradicional do Cajueiro

Os dois casos que apresento aqui é fruto das minhas participações em seminários, roda de debates, ocupações, pesquisa de campo e engajamento no GEDMMA. As minhas anotações, conversas com militantes e moradores locais das comunidades e participação em diferentes situações de luta pela permanência no território foram fundamentais para a construção de um pensamento crítico sobre a persistência da negação de terra para povos e comunidades tradicionais no país.

Santa Rosa dos Pretos eu conheci em novembro de 2014 no quando iniciei minhas pesquisas mesmo de forma insipiente, pois as minhas primeiras idas ao território quilombola foram porque eu só ouvia falar de quilombo como algo antigo/histórico. Mais foi assim com ajuda de Anacleto Pires, liderança dentro do território, e sob orientação da professora Cíndia Brustolin e de seu projeto de pesquisa financiado pela FAPEMA, que me formei em bacharel em Ciências Sociais em março de 2017 pela UFMA como o TCC intitulado: “*SE O TERRITÓRIO NÃO ESTÁ LIVRE NÓS TAMBÉM NÃO ESTAMOS: Processo de titulação e formas de resistência em Santa Rosa dos Pretos – MA*” e continuou até hoje em diálogo com a comunidade e pretendo escrever agora minha dissertação dando continuidade a essa pesquisa que a tempos se consolidou como instrumento de luta da comunidade.

Assim, quando falamos de Santa Rosa dos Pretos temos que ter em mente uma área com mais de 750 famílias. Segundo Silva (2017, p. 19)

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos⁹ situa-se no município de Itapecuru Mirim- MA, a 86 quilômetros de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Limita-

⁹ O referido território é formado hoje por 16 quilombos sendo eles: Santa Rosa dos Pretos; Barreira Funda; Sítio Velho; Matões; Fugido; Centro de Águia; Colégio; Barreiras; Boas Vista; Kelrú; Curvas de Santana; Alto São João; Conceição; Picos I e II. Destacamos que o território quilombola Santa Rosa dos Pretos foi certificado em 2004 pela Fundação Cultural Palmares e em 2005 foi feita uma retificação do nome do território que era só Santa Rosa para Santa Rosa dos Pretos. Em 10 de julho de 2014 pela Portaria

se ao leste com o Rio Itapecuru e o quilombo Filipa, a oeste com o território Monge Belo, ao norte com as terras da comunidade de Barro Preto, hoje conhecida como assentamento São Francisco, e ao Sul com o quilombo Oiteiro, sendo que hoje parte desse quilombo insere-se no Projeto de Assentamento (P.A.) Entroncamento.

As terras e a vida em Santa Rosa dos Pretos estão relacionadas à chegada, no século XIX, de sete famílias (de Felipe, Fileti, Judith, Antônia, Olívia Pires, Olímpio e Amância) do continente africano para o trabalho escravo na lavoura da fazenda Kelru, nas margens do rio Itapecuru, pertencente à família do Barão Belfort.

Desde meados do século XIX, famílias negras escravizadas foram incorporadas à produção, principalmente, de algodão, arroz e do bicho da seda na fazenda. As terras onde se concentrava o centro de lavoura da fazenda foram deixadas em testamento aos ex-escravos e seus descendentes que poderiam viver e roçar sem ônus, mas sem vender ou alugar. O local chamado Santa Rosa foi legado (terra de doação) por Joaquim Raimundo Nunes Belfort (herdeiro do Barão) tanto para os seus descendentes, como para os escravos que ali continuavam a trabalhar. Joaquim teve um filho com América Henriques, que trabalhou como escrava na sua fazenda e teria acompanhado a esposa do Barão, Maria Madalena Viana Henriques, que faleceu antes do esposo (LUCCHESI, 2008, p. 37 e 38).

A trajetória dos conflitos socioambientais no Brasil é caracterizada pelo enfrentamento de povos e comunidades tradicionais contra empresas de grande porte e órgãos governamentais que buscam executar projetos desenvolvimentistas em seus territórios, “em função de muitas estarem localizadas em áreas que interessam a particulares, a empresas e, em muitos casos, ao próprio Estado, seja por razões comerciais ou estratégicas, além da agudização de conflitos, de violação de direitos fundamentais” como revela Souza Filho (2008, p.13). Situações de tensões que ultrapassam décadas, como a da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, são emblemáticas na luta de indígenas e ribeirinhos.

/INCRA/P/Nº355 foi aprovado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) relativo à regularização das terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos, elaborado pela Comissão instituídas pela Ordem de Serviços INCRA/SR – (12) MA/GAB nº070/07. Já em 22 de junho de 2015 a presidenta da república no uso das atribuições que lhe conferem os art.84, caput, inciso IV, e art. 216 §10 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, caput, inciso XXIV, da Constituição, art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art.5º da lei no 4.132 de 10 de setembro de 1962, e no art. 6º do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta do Processo INCRA/SR – 12/Nº 54230.003909/2005-58 Decreta de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Santa Rosa dos Pretos.

Nesse sentido, podemos pensar Santa Rosa dos Pretos como um território de resistência. Escobar (2012) explora a noção de território de diferença. Nesse sentido, discuto expressões de luta de Santa Rosa dos Pretos que permitem pensar em processos políticos de enfrentamento das expropriações de terra a partir do fortalecimento dos valores que permitem vínculos, relações e busca de caminhos para a reconstrução contínua da conquista de autonomia e da segurança territorial que o testamento, por si só, nunca garantiu.

Atualmente Santa Rosa dos Pretos vem lutando contra a duplicação da BR 135 no MA que com uma série de irregularidades vem ameaçando a derrubada de 345 casas dentro do território quilombola, dentre essas casas estão a igreja centenária no qual se festeja em duas etapas o Divino Espírito Santo, a casa de farinha, o terreiro de mina Nossas Senhora dos Navegantes de mãe Severina fora as casas de lideranças como seu Libânio, dona Dalva filha de Santo de mãe Severina, Anacleto filha de Libânio, Elias filho de Benedito Belfort e muitos outros moradores.

Nesse contexto, de uma série de reportagens feitas pela repórter investigativa Sabrina Felipe no que diz respeito aos impactos provocados pela duplicação que vem sendo feita pelo DNIT de Miranda do Norte à Bacabeira no MA sem a execução de procedimentos básicos como a *escuta* assegurada pela Convenção 169 da OIT. Destacamos que,

Voltando ao Incra: o coordenador geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra do Distrito Federal disse que a duplicação da BR não interfere na titulação das terras quilombolas. O que você acha disso do ponto de vista legal? Do ponto de vista legal, ele deveria ter um esclarecimento melhor dessa fala. É claro que afeta, porque se uma parte [a parte ocupada pela BR duplicada] não vai ser mais regularizada, já afetou. A duplicação pode não extinguir o processo, porque o processo continua na área não afetada pelas desocupações ou desapropriações. Mas se você reduz o tamanho do território a ser titulado, você já afetou¹⁰.

Quando fica colocado que a parte em vias de duplicada da BR 135 não vai ser mais regularizada, pois o território quilombola a ser titulado foi afetado/impactado podemos concluir que a não titulação faz parte do não-dito racista, no qual, segundo Sales JR (2006, p. 236) “o racismo tem em geral, o seu próprio léxico, mas o que há de mais ideológico nele são os interesses de poder a que serve e os efeitos políticos que gera”, assim, quando Sabrina Felipe destaca que *existe uma política de não fazer a regularização* ela nos ajuda a ratificar

¹⁰ Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/01/2018.

um racismo institucional presente na implantação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão, como vem sendo o caso da duplicação da BR 135, da construção de um porto privado, da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e muitos outros projetos em curso no país.

A titulação quilombola é feita numa área que vai se tornar inalienável [que não pode ser vendida ou cedida], é uma área que vai sair do mercado.... Foi falado claramente que **não tem dinheiro porque existe uma política de não fazer a regularização quilombola**, mas sim a comum, individual, cada um com seu pedaço de terra¹¹ (grifos nossos).

Nesse processo de duplicação que vem sendo feita pelo DNIT segundo Sabrina Felipe nem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nem o Centro de Cultura Negra (CCN) ou a Fundação Cultural Palmares foram consultados e mesmo com as irregularidades na duplicação, ela está quase pronta, pois iniciaram as obras de uma ponta a outra e deixaram a área das comunidades quilombola por último.

Segundo Sabrina eles querem colocar o povo contra o povo porque o empreendimento se apresenta em favor da melhoria dos municípios vizinhos a Itapecuru-Mirim, se apresenta para beneficiamento do povo para mascarar interesses econômicos de investidores nacionais e estrangeiros.

Na comunidade hoje uma série de empreendimento estão em estágio de duplicação colocando em xeque assim a continuidade de existência do território e fazendo morrer como destacou dona Neta o povo, o povo que é expulso de seus territórios e deixando viver a ilusão do progresso, o capitalismo na esteira da globalização.

Segundo conversas com os moradores do quilombo o DNIT diz que é dono de 35m de cada lado da BR 135 totalizando 70m e mais uma área de proteção que a BR tem que ter de cada lado 15m totalizando 30m. Em uma ida ao DNIT (dia 06/12/2017) de São Luís para pegar os documentos referentes a duplicação da BR, um grupo de estudantes e uma docente da UFMA puderam ouvir que o DNIT considera os quilombolas como sendo invasores de uma faixa de domínio que é da empresa, que é particular, por isso eles falam de desocupação e não desapropriação, pois segundo o pessoal do DNIT “a construção dentro da faixa de

¹¹ Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/01/2018.

domínio é crime” e assim, os quilombolas, que hoje são considerados invasores são os mesmos que vivem a tempos nessa área que hoje a empresa reivindica como sua.

No dia 11 de dezembro de 2017 ocorreu na igreja do Divino uma reunião com algumas lideranças de Santa Rosa dos Pretos para debater sobre a duplicação da BR 135 seu Gregório, morador da comunidade diz que “os primeiros invasores são eles que chegaram por último e não a gente que nasceu e se criou aqui”. Josiclêa Pires, filha de Anacleto, diz que:

Indenização nenhuma paga o valor de uma árvore e não paga nada do que a gente já têm construído...pois para a gente não se trata simplesmente de uma casa que será derrubada é toda uma história dentro de nossa casa...a exemplo disso é o caso do acidente de Mariana que até hoje eles não fizeram nada, porque para eles a gente não tem valor nenhum, a nossa vida não vale nada (anotações do caderno de campo do dia 11 de dezembro de 2017).

Quando Josiclêa afirma que “indenização nenhuma paga o valor de uma árvore”, ela dialoga com outras formas de ler, sentir e estar no mundo, com as diferentes concepções de natureza que o professor Antunes nos mostrou no qual o processo que a comunidade enfrenta é contra o processo de desterritorialização do território, pois segundo Anacleto:

Mesmo no escuro a gente consegue andar no nosso território, mas quando ele está impactado, quando se coloca outras coisas dentro dele você fica com medo de andar à noite...no nosso tem 5 linhões, 3 estradas de Ferro, 1 BR, 1 assentamento, tem o problema com a falta de água, tem os fazendeiros (anotações do caderno de campo do dia 11 de dezembro de 2017).

Um outro exemplo disso que Anacleto revela na citação a cima foi destacado por dona Neta de Canelatiua que relatou no seminário de geografia que “indo para a roça as pessoas chegaram a se perder, porque a área dele foi toda cortada, muitos babaquais foram jogados a baixo, a natureza destruída...quando se mexe na nossa terra se muda o nosso modo de produção, já que o território é a nossa identidade”.

8 km, esse é o tamanho da área que querem duplicar em Santa Rosa, uma área que nunca teve engarrafamento, mas que já teve vários acidentes de carro, atropelamentos, uns seguidos de morte. Não estamos dizendo que a BR não é necessária, mais a forma como ela vai passar que estamos questionando.

A comunidades tradicional do Cajueiro¹² eu conheci em 2014 por meio das atividades de campo do GEDMMA na luta pela criação jurídica da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim desde 2003 e por meio das pesquisas que pude desenvolver como bolsista de iniciação científica PIBIC como financiamento da FAPEMA.

A comunidade do Cajueiro está situada na Zona Rural II do município de São Luís/MA e vem, desde o primeiro semestre de 2014, sofrendo ameaças de deslocamento. Estas ameaças foram reforçadas pela presença de jagunços contratados pela a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA., na busca de viabilizar a construção de um porto e, portanto, convive com a possível perda de seu território.

Almeida (1996) nos ajuda a afirmar que o deslocamento compulsório que ocorreu no Maranhão e em São Luís com a chegada do Porto do Itaqui envolve uma espécie de migração forçada, de êxodo, que cria espaços chamados como “refúgios” que, segundo Almeida (1996, p. 31), “privam pessoas de suas fontes tradicionais de sobrevivência e as levam a competir com outras por recursos mais escassos”.

Somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade: somos pescadores e pescadoras, lavradores e lavradoras, extrativistas, somos povos tradicionais, remanescentes de quilombos! Exigimos políticas sociais voltadas à pesca e a agricultura, exigimos escolas, serviços de saúde, melhorias e pavimentação da estrada, melhorias nos transportes, fiscalização às empresas poluidoras por parte dos governos; **exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiosidades livremente!**¹³ (grifos nossos).

Em meio a chegada de grandes empreendimentos para a ilha Grande do Maranhão e a instalação de um polo siderúrgico com a implantação de 3 usinas siderúrgicas e 2 unidades para a fabricação de ferro-gusa com apoio das esferas governamentais que visam converter a Zona Rural II em um complexo industrial, temos mais de 12 comunidades que lutam para permanecer em seus territórios, a fim, de preservarem modos de vida específicos como na

¹² A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnuaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando aqui nos referimos ao Cajueiro, o fazemos considerando o conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Portanto, o desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade” (GEDMMA, 2014, p.11).

¹³ Recorte tirado da carta feita pela Comissão de representantes do Terreiro do Egito São Luís, no dia 20 de novembro de 2015.

citação acima onde os moradores da comunidade do Cajueiro exigem que seu modo de vida seja respeitado, assim como sua religiosidade e seu direito de ser cidadão.

Atualmente em Cajueiro o processo para a construção do Porto continua a todo vapor, pois adora em dezembro de 2017 uma grande área de mata nativa carregada de babaquais foi colocada abaixo, a área que ficar próximo a praia não é mais a mesma, segundo uma moradora da comunidade “a gente passa por lá e não reconheci mais o lugar...tá um vazio”. A situação com o Cajueiro causa medo nas outras comunidades da Resex de Tauá-Mirim, a saber, França moradora da comunidade do Taim fala como muita tristeza que: “se Cajueiro cair a Resex toda cai e São Luís também perdi... por isso temos que juntar forças, temos que lutar juntos”.

Quando França pontua que “se Cajueiro cair a Resex toda cai e São Luís também perdi”, ela nos permite pensar que grande parte do que a capital consume vem das zonas rurais vem das áreas não ou menos urbanizadas, em São Luís quando andamos na cidade a coisa mais difícil é você ver um pé de algumas árvores frutífera, até manga temos que comprar. A água que consumimos vem de rios que estão cada dia mais secos, a nossa farinha está desaparecendo das nossas mesas, pois as comunidades já não possuem mais tanta terra para agricultura de subsistência e os nossos peixes estão sob restrições por causa da poluição das praias, do esgoto que vai direto para o mar do mercúrio, ferro e outras substâncias que as empresas jogam no solo, na água sem nenhum tratamento. Nesse sentido, concordamos com as colocações de Giddens (1991) que pontua que estamos vivendo um período onde as consequências da modernidade estão se agravando e acabamos por converter seres humanos em meras mercadorias. E o desenvolvimento é necessário e desejado.

São Luís já atingiu o seu nível máximo de poluição segundo reportagem disponível no Jornal Vias de Fato de maio de 2017. Segundo reportagem feita por Sabrina Duran¹⁴ ela desta que o Governador do MA disse que: *“Fico feliz que o Maranhão tenha sido escolhido para sediar tão importante investimento e louvo a capacidade empreendedora da WPR. Agradeço a palavra-chave dessa parceria que é confiança. No Brasil e no nosso estado”*.

¹⁴Disponível em:<<http://ag.jor.br/blog/2017/08/18/subsidiaria-da-wtorre-no-maranhao-derruba-casas-e-ameaca-moradores-para-construir-porto-em-area-de-reserva/> - por [Sabrina Duran](#)> Acesso em dezembro de 2017.

A fala do Governador se deu mesmo com a ameaça direta a comunidade do Cajueiro e mesmo com a proibição de construção de um Porto em área de assentamento, em Parnaçu:

A atual Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís não permite atividade portuária na praia de Parnaçu. Em função disso e de outras irregularidades cometidas no processo de licenciamento ambiental, a construção do porto privado da WPR segue embargada pela Justiça. No entanto, em abril desse ano, Flávio Dino acompanhou em São Paulo a solenidade de assinatura de um acordo bilionário entre a WPR e a empresa China Communications Construction Company (CCCC) para a construção do porto privado no Cajueiro, avaliado em cerca de R\$ 1,7 bilhão¹⁵.

Mesmo diante disso a comunidade continua resistindo e em 22 de novembro de 2017 a partir das 14h30 na associação dos moradores da comunidade do Cajueiro aconteceu uma reunião que contou com a presença de mais de 200 pessoas, do defensor público Alberto Tavares, do GEDMMA, de três viaturas da polícia civil, de universitários, jornalistas e pesquisadores. Nesse dia se falou sob uma possível indenização para aos moradores que tiveram suas casas derrubadas pela empresa WPR, que com o isolamento do Andirobal os moradores vão ficar isolados e vão ter que pedir licença para a empresa para poder transitar na área, um morador disse que a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) autorizou a liberação das obras, mas que a comunidade não foi ouvida, ou seja não teve audiência pública que levasse em consideração a voz do povo.

Um morador de Andirobal disse que: “as coisas estão muito ruins, mas a gente vai resistir...tem gente de Minas Gerais dizendo que é dono daqui... eu não sou contra o empreendimento, mais do jeito que eles chegaram eu sou”.

Um pescador da comunidade disse que:

A área da praia que eles querem tomar da gente é nosso emprego... nós estamos falando de uma profissão que é milenar... como fica nossa situação? Eu tenho orgulho de ajudar uma pessoa a pegar sua alimentação...eu não sou contra o desenvolvimento mais que capitalismo selvagem é esse que para desenvolver atropela tudo, meu emprego está lá na praia quando eu não puder pescar mais não terei mais emprego (anotações do caderno de campo do dia 22 de novembro de 2017).

Segundo destacou Antunes nessa reunião “das 85 famílias de Vila Madureira que foram deslocadas sabem quantas pessoas estão empregados hoje na termelétrica, nenhuma”. Nesse

¹⁵ Disponível em:<<http://ag.jor.br/blog/2017/08/18/subsidiaria-da-wtorre-no-maranhao-derruba-casas-e-ameaca-moradores-para-construir-porto-em-area-de-reserva/> - por [Sabrina Duran](#)> Acesso em dezembro de 2017.

cenário de violência no qual a WPR diz que a área que será impactada será somente a de Parnauçu dentro da comunidade do Cajueiro, discordamos, pois, consideramos que os impactos do novo porto privado e da duplicação da BR 135 estão para além da área que será mitigada ou na qual o empreendimento vai se instalar, assim:

Los efectos derrames se despliegan mucho más allá de la localización espacial de cada emprendimiento. Su énfasis no está em los impactos locales em um sitio, sino em essas afectaciones que a su vez tienen consecuencias que se pueden repetir em muchas otras zonas del país (GUDYNAS, 2016, p. 28).

Se pensarmos reflexivamente podemos perceber que tanto o novo porto como a BR/rodovia são projetos que estão em conectados entre si e ao projeto de modernização do Maranhão com as ferrovias Carajás e Transnordestina. A área prevista para a instalação do porto multimodal de São Luís e que já teve parte da área de babaçuais e do mangue jogados abaixo na comunidade do Cajueiro por enormes tratores em 2017 está estimada para 2 milhões de metros quadrados.

A natureza por um lado é usada como espaços globais para a expansão do capital transnacional, o que Santos (2003, p. 435) chama de globalismo localizado com “desmatamento e destruição maciça dos recursos naturais...artesanato e vida selvagem, postos à disposição da indústria global”. Por outro lado, a natureza faz parte da identidade da população local isso fica claro quando o pescador do Cajueiro diz que, a área da praia que eles querem tomar da gente é nosso emprego, quando Neta afirma que “quando se mexe na nossa terra se muda o nosso modo de produção, já que o território é a nossa identidade” e quando Josiclêa, filha de Anacleto, destaca que “indenização nenhuma paga o valor de uma árvore”.

O não-dito racista na instalação desses projetos no Maranhão ocorre quando as comunidades locais enfrentam a falta de acesso a justiça, quando a consulta prévia não ocorre, quando liderança locais são ameaçadas de morte por manifestarem de lutarem para permanecer em seus territórios e tais projetos modernizadores vem acompanhados de desigualdades que vão interferir drasticamente nas condições de moradia, renda, escolaridade e emprego das comunidades locais.

Considerações finais

Ainda existe desterritorialização no Brasil? Para enfrentar essa questão, pensemos quais os mecanismos que implicam historicamente no deslocamento compulsório de comunidades inteiras, em que condições as “famílias” afetadas se encontram e o que falam sobre o que aconteceu.

A situação de Santa Rosa dos Pretos e de Cajueiro nos fazem questionar que tipo de “desenvolvimento” é esse que está sendo adotado no Maranhão que não contempla as comunidades locais. Como afirma um morador do Cajueiro. “Depois que a gente conseguir ficar na terra, nós temos outras lutas para ter possibilidade de morar na terra” (Fala de um morador do Cajueiro no dia 28/03/2015¹⁶).

De um lado, os projetos de ampliação, construção, duplicação e propriedade privada fazem parte dos projetos de desenvolvimento/modernização que se vem pensando para o país como projeto de melhoria para o povo, e por meio disso é que a duplicação da BR 135, a construção de um novo Porto em São Luís e o massacre e expulsão do Povo Gamela se faz possível, necessário e desejado. Todo esse cenário é possível devido a uma série de relações econômicas e políticas que estão ocorrendo no Estado do Maranhão, relações essas de interesses que são circundadas por relações de poder.

Do outro, temos o posicionamento político de lideranças da comunidade que afirmam: “Somos uma comunidade e não queremos sair do lugar onde nascemos, crescemos e nos tornamos comunidade...exigimos a preservação da natureza e o respeito ao nosso modo de viver, ao nosso modo de ser e de sonhar, de praticar nossas religiosidades livremente!” (Fala de um morador do Cajueiro no dia 28/03/2015¹⁷).

Quando falamos de Santa Rosa dos Pretos e da comunidade do Cajueiro hoje nos permitimos refletir a respeito dos efeitos da globalização que segundo Santos (2003) como um conjunto de arenas de interação transnacional. Nesse sentido, Santos (2003, p.) destaca que os Estados-Nação soberanos coexistem em um sistema internacional de Estados igualmente soberanos que é o sistema interestatal, por isso em contexto de globalização se desloca questões de controle social e de emancipação para um nível global e como isso se tem novas tensões.

¹⁶ “I Encontro das Comunidades Tradicionais Ameaçadas por Deslocamento da Ilha de São Luís”.

¹⁷ Recorte tirado da carta feita pela Comissão de representantes do Terreiro do Egito São Luís, no dia 20 de novembro de 2015.

Dentro desse cenário percebemos formas sociais de silenciamento e de violação de direitos já assegurados na Constituição Federal de 1988. Essas formas são revestidas de proibição de acesso aos recursos naturais, ameaças e intimidações tendo como meios jagunços e a própria polícia local.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. Maio/agosto: 1996. p. 30-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. [Org.]. **Terras de preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DINIZ, Débora. Antropologia e os dilemas dos direitos humanos: o dilema moral de Tashi. In: Regina Reyes Novaes & Roberto Kant de Lima (Orgs). **Antropologia e Direitos humanos**. Niterói: EDUFF, 2001.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **No território da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **Senti pensar com la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zaar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA; Paris: Universidade Paris 13, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.

MIGNOLO, W. **Historias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. Prefácio e Agradecimentos; Introdução: A gnose e o imaginário do Sistema Mundial Colonial/Moderno, p. 9-76.

MONTIEL, Edigar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: Alteridade e multiculturalismo. Antônio Sidekun (Org.), Ed. UNIJUÍ, RS, 2003. p. 15-56.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. São Luís: DEHIS/ UFMA, 2015. Dissertação de mestrado. Mimeo.

POLLAK, Michel. Memória Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989 p. 3-15.

PORANTIM: Em defesa da causa indígena. Brasília – DF: Qualyta, maio de 2017, XXXVIII.

Relatório 2013-2016. **Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**. Ford Foundation.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos. Por um universalismo heteroglóssico. In: **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**: diálogos intersdisciplinares. FONSECA, Cláudia. TERTO JR, Veriano e ALVES, Caleb Farias (Orgs). Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2004. p. 29-51.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão**. São Luís: FAPEMA, 2014. Relatório Técnico-Científico. Mimeo.

SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais. In: ANDRADE, Maristela de Paula e SOUSA FILHO, Benedito. **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 145-178.

SANTOS, Boaventura de Sousa & NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 26-68.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos: In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 429-461.

SANTOS, Dayanne da Silva. **Se o Território não está livre nós também não estamos**: processo de titulação e formas de resistências em Santa Rosa dos Pretos – MA. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de ciências sociais.

SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Anacleto Pires da. **Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola santa rosa dos pretos**. São Luís/MA, UFMA, 2017. Monografia de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia da terra pelo organizado pelo PRONERA.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.